

Petrobras deve alegar impacto social para evitar mais reajustes

Novo presidente da Petrobras usará ESG como argumento para segurar preços

Ideia é defender que empresa precisa ter 'preocupação social' para não prejudicar sua imagem

Julia Chaib e Nicola Pamplona

BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO Estagiário nas pesquisas, o presidente Jair Bolsonaro (PL) espera que Caio Mário Paes de Andrade, novo presidente da Petrobras, busque evitar reajustes nos preços dos combustíveis, sobretudo durante a campanha eleitoral.

Para isso, aliados de Paes de Andrade dizem que um dos argumentos que ele deve explorar é que a estatal precisa reforçar a parte social de sua pauta ESG (sigla em inglês para meio ambiente, sustentabilidade e governança).

A senha já foi dada na semana passada pelo ministro Adolfo Sachsida (Minas e Energia), durante audiência na Comissão de Minas e

Energia da Câmara. Ele defendeu que as empresas devem 'pensar na reputação da marca a longo prazo', não só a curto prazo.

"Os países do mundo ocidental dão muito valor à agenda ESG. Acho que também cabe à Petrobras valorizar essa agenda, porque é uma empresa que está listada em Bolsa."

Ele ainda disse que todas as empresas de petróleo do mundo têm minoritários e "todas estão levando prejuízo para preservar a 'marca', citando as que deixaram a Rússia por causa da Guerra da Ucrânia.

"É natural que a Petrobras também faça sacrifícios", afirmou Sachsida, antes de ressaltar que a decisão não era de Paes de Andrade, mas do conselho de seus diretores.

Até então, Bolsonaro tentado, em vão, segurar os reajustes. Antes do anúncio do aumento mais recente, o dia 17, ensaiou publicar uma medida provisória com objetivo de ao menos atrasá-lo.

Ao ex-ministro Bento Albuquerque (ex-MME) foi delegada a missão de conversar com José Mauro Coelho, ex-presidente da Petrobras que havia sido seu indicado, e convencê-lo a aguardar a aprovação do projeto de lei que fixou um teto de 17% a 18% no ICMS sobre os combustíveis.

José Mauro também ouviu o pedido em uma primeira reunião no Palácio do Planalto.

Após a aprovação do projeto, em 14 de junho, integrantes do governo solicitaram a Mauro que aguardasse efeitos práticos nas bombas. Em vão.

Na iminência do novo reajuste, uma ala do governo cogitou publicar uma medida provisória alterando trecho da Lei das Estatais para tentar retardá-lo. A ideia, porém, foi rejeitada em razão da resistência da equipe econômica, embora ainda haja quem insista nela.

Diretores dizem que segurar reajustes desrespeita normas e próprio estatuto da Petrobras e que poderiam se tornar alvo de ações judiciais no Brasil e no exterior.

Para evitar a mudança nos preços com alguma segurança jurídica, dizem diretores da Petrobras ex-conselheiros, seria necessário alterar a Lei das Estatais, o estatuto interno da empresa, o que é visto como muito difícil, e outras três leis.

Por isso, a aposta é que Paes

de Andrade vá ao menestrem investir no discurso relacionado à agenda ESG para barrar mudanças em preços, num dribble ao estatuto.

Integrantes do conselho dizem não ver sentido no argumento social e afirmam que o principal problema é que segurar os preços eleva o risco de desabastecimento de óleo diesel.

A Petrobras já avisou ao governo que o segundo semestre será pior. Os estoques de diesel estão baixos, o consumo na Europa aumenta, e a temporada de furacões tornados pode prejudicar a produção.

Para respaldar o novo presidente, o governo também precisa trocar os diretores da empresa por um grupo mais alinhado ao Planalto, algo que depende de aval do conselho de

administração da companhia, hoje ainda composto por executivos mais ligados aos mercados financeiro e de petróleo.

O governo teria que dobrar resistências do atual colegiado ou esperar a assembleia de acionistas que elegerá o novo conselho, ainda sem data marcada e com necessidade de um prazo mínimo de 30 dias entre convocação e realização.

Bolsonaro já tem uma lista de indicados para essa ocasião, formada majoritariamente por ocupantes de cargos públicos, incluindo o número 2 da Casa Civil, Jonathan Assunção.

Em tese, diretores da estatal também devem seguir a Lei das Estatais, que exige comprovação de experiência prévia e veja nomes ligados a partidos ou à administração pública.

Na sexta-feira (24), porém, o comitê responsável por analisar os currículos considerou que Paes de Andrade atende esses requisitos, mesmo sendo formado em comunicação social e tendo feito carreira em uma empresa de tecnologia.

Nesta segunda (27), o conselho da estatal confirmou a nomeação de Paes de Andrade (leia abaixo).



O ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente Jair Bolsonaro (PL) durante cerimônia no Palácio do Planalto, nesta segunda-feira (27) Gabriela Bello/Folhapress

Conselho confirma Paes de Andrade no comando na companhia; petroleiros recorrem à CVM

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O conselho de administração da Petrobras confirmou nesta segunda-feira (27) a nomeação de Caio Paes de Andrade para a presidência da companhia. Ele foi eleito também para integrar o colegiado, pré-condição para que passe a chefiar a estatal.

Com o resultado, Paes de Andrade está apto a tomar posse na empresa. Petroleiros, porém, ainda tentam barrar a nomeação e, nesta segunda, anunciaram denúncia à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) contra a aprovação do executivo.

A nomeação para presidente teve votos contrários de três conselheiros: Francisco Petros, Marcelo Mesquita e a representante dos empregados, Rosângela Buzaneli. Presidente do comitê que avalia os currículos dos indicados, Petros já havia votado pela rejeição do nome na sexta (24).

Na reunião de sexta, o con-

selheiro disse que o currículo de Paes de Andrade está "muito aquém das necessidades de governança e gestão da Petrobras". Assim como os sindicatos, Petros alega que Paes de Andrade não cumpre os requisitos estabelecidos pelo estatuto da companhia.

Baseado na Lei das Estatais, o estatuto exige formação acadêmica compatível e experiência de dez anos em empresas do mesmo setor ou de porte semelhante ao da Petrobras. Paes de Andrade é formado em comunicação social e fez carreira em uma empresa de tecnologia.

"A experiência mais constante no tempo e relevante do ponto de vista da formação de conhecimento gerencial do candidato foi realizada em empresas cuja complexidade é substancialmente menor que a da Petrobras", afirmou Petros, em seu voto.

Na reunião, a área de Recursos Humanos da Petrobras defendeu que a regra "é le-



Caio Paes de Andrade, que foi aprovado pelo conselho para presidir a Petrobras. Emiliano Capozzi - 14 Jun. 22/Apex

xível e permite a interpretação de que, embora seja desejável que a experiência seja no negócio ou em área correlata, não é mandatório, sendo o critério atendido com a comprovação dos dez anos de experiência em liderança".

Com base nessa interpretação, os outros três membros do comitê, Luiz Henrique Caroli, Ana Silvia Matte e Tales Bronzato, disseram não ver vedações à nomeação de Paes de Andrade.

Pouco antes da reunião, sin-

dicatos de petroleiros promoveram manifestação em frente a um dos edifícios usados pela estatal no centro do Rio de Janeiro. Eles veem a nomeação como parte de um esforço para privatizar a companhia.

Como parte da estratégia para vetar o executivo, a Anapetro (Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras) a pedir à CVM investigação sobre possíveis irregularidades no processo de análise do nome.

"A ilegalidade da capacitação do sr. Caio de Andrade fere dois requisitos legais previstos na Lei das Estatais", diz a denúncia, feita pelo escritório Advocacia Garcez. "Esse fato poderá ensejar a realização de ações por meio de acionistas minoritários, gerando instabilidade e oscilação indesejada no mercado de capitais da companhia. Seriam estes elementos: experiência profissional e formação acadêmica."

Paes de Andrade será o quarto presidente da Petrobras no governo Jair Bolsonaro (PL) — sem considerar o presidente interino, Fernando Borges, que assumiu o cargo após a renúncia de José Mauro Coelho, na semana passada.

Randolfé pede no STF investigação contra Bolsonaro por interferir na estatal

O líder da oposição no Senado, Randolfé Rodrigues (Rede-AP), ingressou com petição no Supremo para que seja aberto inquérito para investigar eventual interferência do presidente Jair Bolsonaro na estatal. A petição também pede a busca, apreensão e pericia do celular que era usado pelo ex-presidente da Petrobras Roberto Castello Branco. Reportagem do portal Metrôpolos mostrou troca de mensagem em um grupo de economistas em uma rede social, em particular entre Castello Branco com o ex-presidente do Banco do Brasil Rubem Novais. O ex-presidente da Petrobras afirmou que o celular corporativo que foi devolvido à estatal continha mensagens e áudios que poderiam incriminar o presidente Jair Bolsonaro. Castello Branco, então, diz que devolveu o aparelho "intacto" para a estatal.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 13